

**ANAIIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO**

**CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS
QUARTO ANO DA PRIMEIRA LEGISLATURA**

**SESSÃO DE 1829,
COLIGIDOS
POR
ANTONIO PEREIRA PINTO**

**EM VIRTUDE DE RESOLUÇÃO DA MESMA CÂMARA
TOMO QUARTO**

**RIO DE JANEIRO
Tipografia de H. J. PINTO – Rua do Hospício, 218
1877**

ÍNDICE DO MÊS DE JULHO¹

QUARTO VOLUME

A

Agricultura – projeto do Sr. bispo do Maranhão propondo medidas para o desenvolvimento da agricultura, - P. 8.

Acusação do ministro da guerra – apresentação do parecer da comissão especial composta dos deputados Araujo Basto, Medeiros Gomes e Cruz Ferreira sobre o exame da defesa do ministro da guerra; voto separado do Sr. Cruz Ferreira; opinavam uns e outros pela não criminalidade do dito ministro pelas razões expendidas no parecer, e voto discrepante, - p. 8, 9, 15, 46, 56, 108, 122, 136, 147 e 162.

Oraram os Srs. Odorico Mendes, Xavier De Carvalho (este deputado referiu-se ao fato de ter a comissão militar de 1817 mandado executar a um seu filho de 18 anos de idade P. 51), Limpo de Abreu, Lino Coutinho (no correr do seu discurso disse que a assembleia constituinte tinha sido dissolvida a canhões e ponta de baionetas, P. 62), Cruz Ferreira, May (afirmou que em Portugal nunca houve comissões militares à exceção da criada por Junot e outra em 1823), Feijó, Luiz Cavalcante, Costa Aguiar, Souza França, Souza Mello, Cunha Mattos, Castro e Silva, Clemente Pereira (ministro do império), Ledo (importante discurso), Araujo Basto, arcebispo da Bahia, Ferreira de Mello, Custodio Dias, Hollanda Cavalcante, bispo do Maranhão, Calmon (ministro da fazenda), Dormund, Ferreira França, Teixeira de Gouvêa (ministro da justiça), e Miranda Ribeiro.

A discussão deste assunto foi calorosa, mas comedida, constitucionalmente falando. Em geral os deputados, mesmo aqueles que foram de voto que se absolvesse o ministro da guerra, fulminarão a criação das comissões militares, entendendo os últimos que não podia haver criminalidade porque não existia lei expressa que vedasse aquela criação, antes era dado alegar os precedentes de 1817 e 1824 pelos quais a assembleia legislativa, depois de sua reunião em 1826, não havia responsabilizado seus autores.

Dez oradores falaram *pró*, entre eles três ministros, dois bispos e um general; e 14 *contra*; 1 deu-se de suspeito.

Aposentadorias – proposta do governo regulando as aposentadorias dos empregados públicos, - P. 54.

Ajuda de custo ou indenização de ida e volta aos deputados – parecer da comissão de pensões sobre a indicação do Sr. Lino Coutinho; voto separado do Sr. Luiz Cavalcante, - P. 92.

Autógrafo da lei de 22 de setembro de 1828 – parecer da comissão de justiça propondo que se emendasse o erro tipográfico com que havia sido ele sancionado e publicado, - P. 107.

Avaliadores do juízo – sobre suas nomeações depois da lei de 1º de Outubro de 1828, - P. 107.

Arsenal de marinha – parecer da comissão de marinha e guerra sobre o projeto do Sr. Souza Mello para a criação daquele arsenal no porto de Pajussara em Alagoas, - P. 121.

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Administração em Londres para a gerência dos dinheiros públicos do Brasil – parecer da comissão de rendas públicas sobre o projeto do Sr. Lino Coutinho propondo a criação daquela administração, - P. 164.

B

Banco do Brasil – terceira discussão, - P. 11 e 77 (redação final).
Oraram os Srs. Xavier de Carvalho, Souza França, arcebispo da Bahia, e Custodio Dias.

C

Cadeiras de retórica em Pernambuco – proposta do governo extinguindo a do seminário episcopal de Olinda e passando-a para o liceu do Recife, - P. 56.

Convenção celebrada entre o general Barreto e Fructuoso Rivera, nas margens do Quaraí (Quarahim); requerimento do Sr. Xavier Ferreira pedindo-a, - P. 99 e 100 (aditamento do deputado May).

Cadetes – parecer da comissão de guerra sobre o projeto do Sr. Castro e Silva acerca da instituição dos cadetes, - P. 101.

Contínuos do supremo tribunal de justiça – discussão do projeto n. 24 de 1829 designando-lhes certos encargos, como de expediente e execução de alguns mandados judiciais, - P. 105.

Congregação do oratório em Pernambuco – remessa de papeis relativos aos padres daquela congregação, no Recife, - P. 185.

Casa da suplicação – 2ª discussão do projeto extinguindo-a, - P. 162 e 163.

Houve discussão, e opinando o ministro da justiça que ao governo devia ser dada a faculdade de remover os magistrados a seu arbítrio, contestaram essa proposição por inconstitucional, outros oradores.

Consulado – criação de uma mesa de consulado na vila de Maceió; parecer da comissão de rendas públicas sobre a respectiva proposta do governo, - P. 164.

D

Denúncia do ministro da guerra, - Vid. Acusação.

Direitos de cidadão BRASILEIRO – discussão da resolução n. 10 de 1829 concedendo tais direitos a diferentes impetrantes para o fim de ocuparem os postos militares que tinham quando foi jurada a constituição, - P. 29.

Devassas – projeto do Sr. Maia, - Vid. Testemunhas.

Décima dos prédios urbanos – 3ª discussão do projeto concernente à sua cobrança e arrecadação, - P. 104, 162 e 178.

Deputado May – ofício deste deputado à Câmara dando parte de doente em termos que revelavam certa ligação entre este fato e a Acusação do ministro da guerra, podendo inferir-se de suas palavras a suspeita de que lhe haviam sido dirigidas ameaças, - P. 135.

Dispensa das leis de amortização a favor do hospital da cidade de Porto Alegre; projeto n. 19 de 1829, - P. 167.

E

Estudantes de Coimbra – projeto do Sr. bispo do Maranhão permitindo aos estudantes brasileiros que não puderam continuar a cursar a universidade de Coimbra a faculdade de matricular-se nos cursos jurídicos do Brasil nos anos seguintes àqueles que tinham

concluído na dita universidade, - P. 8 e 105 (houve proposta do governo de idêntica natureza), - P. 170.

Teve discussão entendendo o deputado Vasconcellos que era anticonstitucional preferir-se para o debate a proposta do governo com preterição de projetos apresentados por deputados.

O Sr. Luiz Cavalcante ponderou também que daquela forma o governo ficava com a faculdade de emendar os projetos da Câmara que lhe não agradasse, adiantando-se em fazer propostas com exclusão dos artigos que quisesse.

Escravos e libertos africanos – sobre medidas policiais para sua saída das cidades ou propriedades rurais onde residissem; parecer e projeto da comissão de constituição, - P. 24.

Exames preparatórios de gramática latina, retórica, filosofia, aritmética e geometria – proposta do governo dispensando de fazer tais preparatórios os estudantes dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda que foram admitidos sem eles à matrícula do 1º ANO dos referidos cursos por terem apresentado certidões da universidade de Coimbra e academias de França, - P. 55.

Empréstimo que se dizia contraído em Londres – reflexões do Sr. Lino Coutinho a este respeito, - P. 92.

Estudantes dos cursos jurídicos – atestações dos professores para o exame e matrículas; parecer da comissão de instrução pública e projeto, - P. 102.

Eleição da mesa – foram eleitos presidente Araujo Lima; vice-presidente Almeida Torres; secretários Feijó, Marcellino de Brito, Maia e Limpo de Abreu, - P. 23.

Etape – proposta do governo fazendo extensiva ao corpo de artilharia de marinha as disposições da lei que regulava o fornecimento das rações do etape do exercício, - P. 114 e 169.

Escrivães e escriturários das Câmaras municipais – projeto n. 12 de 1829, - P. 167.

Emolumentos – projeto do Sr. Feijó determinando que se cobrassem emolumentos nas secretarias das Câmaras legislativas, pelas certidões passadas, - P. 171.

F

Fábrica de ferro de São João de Ipanema – parecer da comissão de comércio sobre o projeto do Sr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida propondo que se incorporasse aos próprios nacionais a mencionada fábrica; a comissão opinou que se vendesse a parte que a nação tinha na mesma fabrica, - P. 41.

Fazenda pública – parecer da comissão de justiça civil sobre a proposta do governo statuindo que todos os juízes ficaram obrigados a apelar ex officio para a relação do distrito das sentenças que proferissem em 1ª instância contra a fazenda pública etc., - P. 78.

Foros indevidamente para os pelos habitantes da cidade do Rio de Janeiro – requerimento do Sr. Cunha Mattos pedindo informações ao governo sobre este objeto, - P. 162.

G

Guardas-marinhas e voluntários da armada – sobre o projeto do Sr. Castro e Silva relativo a este assunto, - P. 121.

Guarda de paróquia – parecer da comissão de marinha e guerra sobre o projeto do Sr. Ferreira França criando-a, - P. 169.

I

Instituto vacínico – proposta do governo organizando este instituto em todo o império; serviço e atribuições que lhe devia caber, - P. 53.

J

Juntas de lançamento da decima e superintendências – redação do projeto para a 3ª discussão, - P. 17.

Juízo de ausentes – discussão do respectivo projeto, - P. 25.

Juízes de paz – parecer da comissão de justiça civil do projeto vedando aos juízes de paz a acumulação das funções de juízes de direito, e estabelecendo outros preceitos, - P. 78, 165 e 167.

Juramento dos empregados públicos na chancelaria por procurador – 3ª discussão da proposta do governo, - P. 106.

Juiz da alfandega do Pará – discussão do projeto n. 37 de 1829 marcando-lhe vencimento, - P. 164.

Juízes de paz – projeto n. 25 de 1829 determinando que se fizesse a eleição dos juízes de paz em todas as capelas curadas, - P. 166 e 169.

L

Liberdade de imprensa – projeto da comissão de justiça civil dispondo que os ofendidos por abuso de liberdade de imprensa nos casos dos arts. 11, 12 e 13 da lei que a regulava, podiam denunciar o abuso e acusar o responsável por si ou por seu procurador – P. 121.

Lei de 27 de Julho de 1765 – discussão da resolução n. 88 de 1828, interpretando aquela lei, - P. 180.

M

Matricula de estudantes nos cursos jurídicos – projeto do Sr. Ferreira De Mello reduzindo-as, - P. 17.

Marinheiros – projeto do Sr. Castro e Silva dispondo sobre seu recrutamento para o serviço da marinha nacional, - P. 17 e 100.

Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho – parecer da comissão de justiça civil sobre a queixa que contra ele dirigira a Câmara da vila da Paraibuna, - P. 108

Morgados, capelas e vínculos – Ofício do Senado comunicando que o mesmo Senado não dera seu consentimento ao projeto da Câmara abolindo os morgados, - P. 121.

O

Orçamento apresentado pelo ministro da fazenda – importante parecer da comissão respectiva acerca do citado orçamento, - P. 34 a 42. O Sr. Lino Coutinho requereu que do dito parecer se mandasse tirar maior numero de exemplares para a distribuição.

Oficiais de secretaria das duas Câmaras – proposta do governo regulando seu numero e ordenados, - P. 55 e 56.

Órfãos da Bahia – projeto do Sr. arcebispo da Bahia sobre a casa dos órfãos daquela cidade, - P. 100.

Orçamento do ministério da marinha – ofício do ministro remetendo outro orçamento, visto ter havido enganos no anteriormente apresentado, - P. 166.

Orçamento do Ministério do Império – discussão, - P. 172, 174, 176, 178 e 180.

Fizeram observações os Srs. Vasconcellos, Ledo, Luiz Cavalcante, ministro do império, Calmon, Feijó, bispo do Maranhão e outros.

P

Professores públicos – proposta do governo sobre seus ordenados e outras providencias, - P. 52 e 53.

Pensões – continuação do Pagamento das pensões; projeto n. 36 de 1829 do Sr. Castro e Silva, - P. 79, 102 e 164.

Houve pequeno debate.

Propostas do governo por meio de ofício – sobre um ofício do ministro da marinha dizendo que o governo julgava conveniente e propunha que ao corpo de artilharia de marinha se fizesse extensiva a disposição da lei de 24 de Setembro de 1828; deu a comissão de constituição parecer estranhando a forma de semelhante proposta e opinando que não podia ela, em tais termos, ser recebida pela Câmara, - P. 86.

Houve alguma discussão.

Pagamento de soldo às tropas do sul – sobre o achar-se atrasado aquele Pagamento, - P. 101.

Praça de Capitão aos filhos dos conselheiros de estado – parecer da comissão de guerra sobre o projeto do Sr. Castro e Silva que considerava inconstitucional a prática daquele privilégio, - P. 101.

Portes no correio às folhas periódicas e jornais – o Senado comunicou que não fora aprovada pelo governo a resolução da assembleia geral franqueando-os de porte, - P. 107.

Posturas da Câmara municipal – discussão do projeto n. 34 de 1829 sobre este assunto, e determinando também que o sogro e genro não pudessem servir conjuntamente o cargo de vereadores, - P. 170 e 172.

Processo criminal no Supremo Tribunal de Justiça – discussão do projeto propondo providências, P. 165.

Pretensão da Câmara municipal da vila do Itu sobre a suspensão, pelo presidente da província, do juiz de paz de Cabreúva, - P. 15 e 64.

De diferentes Câmaras municipais de Minas Gerais sobre irregularidades na eleição das municipalidades e juizes de paz; parecer da comissão de constituição e projeto, - P. 15.

De Domingos Martins de Faria, - P. 24.

De Joaquim de Sant'anna de Souza Campos – P. 25 e 179.

De José Vicente Paes, - P. 25.

De José Francisco de Souza, - P. 43.

De João Damásio José, - P. 44.

Pretensão do Barão da Torre de Garcia D'Avilla, - P. 44.

De José Rodrigues Xavier, - P. 44 e 75.

De Luiz Manoel de Azevedo, - P. 79.

De Joaquim Antonio de Azevedo, - P. 79.

De Bernardino Felipe, - P. 87.

Dos habitantes da Feira de Sant'Anna, da Bahia, - P. 87.

Do general Pedro Labatut queixando-se do ministro da guerra por tê-lo demitido do serviço militar, mandando outro sim que saísse para fora do Império, - P. 91.

De João Antonio de Oliveira Marques, - P. 93.

De Domingos de Abreu Silva, - P. 93. Sobre a criação da vila de Turiassú, - P. 93

Do padre Patricio Manoel de Andrada e Silva sobre se podia servir como vereador em Santos, conjuntamente com seu genro, - P. 93.

De Manoel Zeferino dos Santos, - P. 100.

De Paulo José de Mello; parecer da comissão de constituição sobre a exclusão daquele cidadão do colégio eleitoral da Bahia, - P. 100, 166 e 183.

Do juiz de paz da Vila do Conde na Bahia, - P. 100.

Houve debate.

De Luzia Marcolina Mathildes, - P. 101.

Do deputado José Thomaz Nabuco de Araujo, - P. 102.
 De José Francisco Cardoso de Moraes, - P. 102.
 De Francisco Ignacio de Siqueira Nobre, - P. 103.
 Da CÂMARA da vila de Nova Friburgo sobre sesmarias, - P. 103.
 Das filhas de Gonçalves Bastos – pensão, - P. 103.
 Do colégio eleitoral do Sertão de Pernambuco, - P. 104.
 Das filhas de Antonio Ferreira da Silva, pensão, - P. 105.
 De frei Manoel do Monte Carmello, - P. 105.
 De João Gonçalves Cezimbra pedindo escusa do cargo de juiz de paz, - P. 105.
 Dos povos da província da Bahia requerendo que o dia 2 de Julho fosse declarado de grande gala e de festa nacional; parecer da comissão de legislação civil e projeto, - P. 105 e 166.
 Houve debate e emendas.
 De Francisco de Santa Barbara Garcia, pensão, - P. 107.
 De Samuel Philips, - P. 135.
 Do conselho presidencial de São Paulo pedindo a criação de uma cadeira de língua brasílica, - P. 135.
 De D. Constança Clara de Souza Gonzaga, pensão, - P. 135.
 Do cirurgião-mor José Alves de Abreu, - P. 135.
 De Caetano Vicente de Almeida, - P. 135.
 De João Gonçalves Corrêa, - P. 165.
 Dos diretores da companhia imperial de mineração, - P. 165.
 Sobre a criação de uma mesa de despacho na povoação do Norte da província de S. Pedro do Sul; proposta do governo, - P. 165.
 Dos oficiais da contadoria da junta da fazenda de Minas Gerais, - P. 165.
 De José Felipe de Amorim, - P. 168.
 Dos terceiros de S. Francisco da vila de Santos, - P. 168.
 Do padre José Rodrigues Malheiro, - P. 168.
 De Coriolano José Pires, - P. 169.
 De Ricardo Norberto Ferreira, - P. 169.
 De Balthazar Pinto dos Reis, - P. 171.
 De Valentim José dos Santos, - P. 175.
 Do conselho geral da província de Minas sobre a criação de casas de correição, - P. 175.
 Do Dr. Mariano Pereira Ribeiro, - P. 175.
 De José Antonio Belens Bandeira, - P. 175.
 Dos oficiais inferiores do corpo de voluntários de cavalaria de 2ª linha de São Paulo, - P. 175.
 De João Nepomuceno de Sá, - P. 179.
 De D. Edeltrudes Maria Amalia de Andrade, - P. 179.
 Do conselho geral de Minas pedindo a extinção da junta de fazenda, - P. 179.
 De Florencio José Maria Zimbão, - P. 179.
 De Victorino dos Santos Pereira, - P. 179.

R

Responsabilidade dos empregados públicos – discussão do respectivo projeto de lei, - Págs. 18, 25, 29, 80, 87, 95, 100 e 103.

Oraram os Srs. Paula Cavalcante, Vasconcellos, Lino Coutinho, Xavier de Carvalho, Araujo Basto, Feijó, Souza França, Custodio Dias, Cunha Mattos, bispo do Maranhão e Soares da Rocha.

Relatório do ministério da guerra – parecer da comissão de guerra, - P. 25

Regimento da Câmara – discussão do parecer da comissão de polícia contendo algumas modificações ao regimento, - P. 75 e 80.

Reforma judiciária – parecer da comissão de justiça civil sobre administração da justiça, - P. 76.

Recrutamento – dois projetos do Sr. A. Ferreira França regulando esta matéria, - P. 79.

Responsabilidade dos ministros e conselheiros por atos ilegais praticados anteriormente à respectiva lei – o Sr. Lino Coutinho tornou a renovar a doutrina de duas indicações que acerca do assunto apresentara em 1827, - P. 79.

Reforma dos oficiais inferiores de 1ª linha – projeto do Sr. Castro e Silva, - P. 99 e 169.

Revista – discussão do projeto n. 23 e 1829 relativo ao empate na concessão de revistas, - P. 103. Vid. Palavra – Revista – no índice do mês de Junho.

Réus ausentes -3ª discussão do projeto do Senado estipulando o modo como deverão ser chamados a juízo os réus ausentes, - P. 164.

Recrutamento a bordo dos navios mercantes – parecer da comissão de guerra acerca do projeto do Sr. Castro e Silva a respeito desta matéria, - P. 169.

S

Sorteio dos juízes para a pronuncia e outras disposições concernentes a este assunto – parecer e projeto das comissões de justiça civil e criminal, - P. 42 e 43.

Subsidio aos deputados – sobre o projeto e emendas, - P. 167.

Supremo tribunal de justiça – projeto do Sr. Cruz Ferreira, - P. 179.

T

Testamentos – projeto do Sr. Ornellas estatuinto que aos juízes seculares competia exclusivamente tomar contas dos testamentos etc., - P. 8, 164 e 165.

Terrenos incultos que não tiveram proprietários – projeto do Sr. bispo do Maranhão dando às juntas das províncias do Império a atribuição de aforar aqueles terrenos, - P. 8.

Tratados – requerimento do Sr. Vasconcellos para que se recomendasse ao governo a apresentação dos tratados celebrados, na forma da constituição; e para que a comissão de diplomacia desse parecer sobre os já remetidos à Câmara, - P. 17, 18 e 45.

Testemunhas nas devassas – projeto do Sr. Maia sobre seu número, - P. 99.